



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Optimizar o Plano de Comparticipação Pecuniária

A comparticipação pecuniária já é atribuída há 17 anos consecutivos, desde o seu lançamento em 2008, beneficiando todos os residentes de Macau, especialmente as famílias das camadas sociais mais baixas, pois é um apoio indispensável para a sua vida, e a população em geral concorda com esta medida. No entanto, segundo algumas vozes da sociedade, embora se trate de uma medida de benefício universal, o Governo deve otimizar o Plano de Comparticipação Pecuniária, nomeadamente quanto aos beneficiários e aos montantes a atribuir, para o erário público ser aplicado de forma mais adequada e em prol do bem-estar dos residentes que se encontram em Macau.

O Plano de Comparticipação Pecuniária tem mais de 740 mil beneficiários, e segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, apenas cerca de 570 mil são residentes de Macau que vivem no território, e retirando os residentes que estão a prosseguir estudos no exterior, os que vivem no Interior da China depois de completarem 65 anos de idade e os que trabalham no exterior e têm familiares em Macau a seu cargo, estima-se que existam mais de 100 mil titulares do bilhete de identidade de residente de Macau a viver permanentemente no exterior, sem qualquer ligação estreita com Macau. Há quem considere que o Governo deve ajustar o Plano de Comparticipação Pecuniária e atribuir o respectivo apoio apenas aos residentes de Macau que vivem no território, aos que estão a estudar ou a trabalhar no exterior e aos que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

passam a velhice no Interior da China, e canalizar os recursos poupados para os residentes que se encontram em Macau, para estes poderem obter apoios mais específicos e diversificados.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Muitos titulares do bilhete de identidade de residente de Macau emigraram para o estrangeiro há vários anos, até mesmo há dezenas de anos, e alguns deles nem nunca residiram em Macau. Então, com vista a uma melhor utilização do erário público, o Governo deve ajustar os requisitos da comparticipação pecuniária, no sentido de limitar os beneficiários aos residentes de Macau que vivem habitualmente no território, aos que estão a estudar ou em tratamento médico no exterior, aos que passam a velhice ou trabalham no Interior da China, entre outros com ligação estreita com Macau. O Governo vai fazê-lo?

2. O número de turistas em Macau está próximo do nível pré-pandemia, mas os efeitos positivos incidem principalmente sobre as zonas turísticas, enquanto os lojistas das zonas comunitárias não são muito beneficiados. Além disso, muitos residentes optam por fazer compras no Interior da China ou viajar para o exterior durante os feriados, por isso, as lojas e os estabelecimentos de restauração das zonas comunitárias estão a enfrentar grande pressão. Se o Plano de Comparticipação Pecuniária for ajustado para abranger apenas os residentes que vivem habitualmente em Macau, serão economizados mais de mil milhões de patacas por ano. Assim sendo, o Governo vai pensar em transformar esses recursos em vales de consumo locais destinados a esses



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

residentes, para os apoiar na sua vida e, ao mesmo tempo, beneficiar as pequenas e médias empresas?

09 de Maio de 2024

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Zheng Anting**